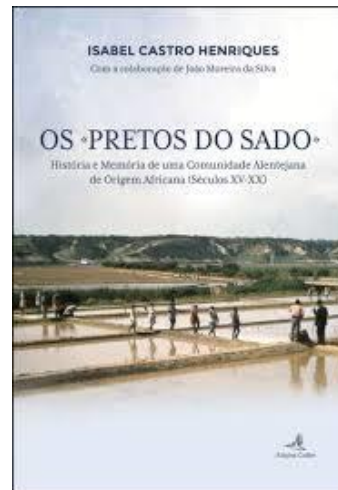


## RECENSÃO CRÍTICA



HENRIQUES, Isabel Castro; SILVA, João Moreira (colab.) (2020). *Os «Pretos do Sado». História e memória de uma comunidade alentejana de origem Africana (Séculos XV-XX)*. Lisboa: Edições Colibri

MIGUEL CARMO

[miguelccarmo@gmail.com](mailto:miguelccarmo@gmail.com)

Instituto de História Contemporânea (NOVA)  
e Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP

JOANA SOUSA

[joanasousa@ces.uc.pt](mailto:joanasousa@ces.uc.pt)

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

A história das pessoas negras escravizadas no vale do Sado tem merecido afloramentos, nas últimas décadas, em algumas peças jornalísticas e etnográficas que registam uma significativa tradição oral enraizada nas aldeias da região. São bem conhecidas as notas de Leite Vasconcelos no final do século XIX sobre os traços africanos dos *mulatos* de Alcácer do Sal (Vasconcelos, 1895), bem como o registo etnomusical do cancionero do Baixo Sado feito por Michel Giacometti nos anos 1980 (Giacometti, 2010). Já menos conhecidos são os estudos de Manuel Tavares de Almeida dos anos 1950 que, retomando o filão de Leite Vasconcelos, referem um mapa alemão de “raças da Europa” produzido por von Eickstedt nos anos 1930, no qual se desenha a sul do Tejo “uma mancha indicativa de elemento populacional negro”, a “mancha negra do Sado” (Almeida, 1956, p. 7).

Esta história nunca foi, porém, sujeita a uma investigação abrangente e sistemática. A obra de Isabel Castro Henriques, publicada em setembro passado, vem, desde logo, colmatar esta lacuna, apresentando uma ambiciosa perspetiva histórica de longa duração, entre o século XV e o final do século XX, sobre as populações de origem africana fixadas na região do Sado no contexto do tráfico transatlântico

de pessoas. O percurso académico de Isabel Castro Henriques (ICH) em torno da história da escravatura em Portugal, pontuado de importantes iniciativas públicas que deram visibilidade a esta história e aos seus legados culturais e urbanísticos, tem estado focado, maioritariamente, em contextos urbanos. Com este estudo, ICH centra-se nas complexas realidades rurais e agrícolas da escravatura em Portugal, dimensão considerada determinante para uma visão de conjunto e que tem sido menos estudada.

A obra de ICH, onde colaboraram várias pessoas, com destaque na capa para João Moreira da Silva, tem por principal objetivo “compreender e dar a conhecer a história de homens e de mulheres oriundos do continente africano, trazidos como escravos e que foram instalados e re-instalados durante séculos no território do Vale do Sado” (pp. 15-16). O quadro de transformações rurais no período moderno, em particular, as ligações com as “culturas extensivas, como a do arroz” (p. 16), é utilizado como campo paralelo de pesquisa que, convergindo com os dados da presença de pessoas escravizadas, permite esboçar uma história regional sobre camponeses e trabalhadores rurais escravizados. A *instalação* e a *reinstalação* de populações negras no Sado definem os principais eixos cronológicos do

livro, remetendo, respetivamente, para a chegada de população escravizada na região, logo no século XV, e para uma segunda *provável* fixação, na viragem para o século XIX, sobretudo nas aldeias da margem esquerda do Sado: São Romão, Vale de Guizo, Rio de Moínhos, São Mamede, entre outras.

Perante a escassez de estudos e de documentação, como bem sublinha ICH, o estudo apoia-se numa abordagem metodológica inovadora, pelo menos no quadro da historiografia portuguesa, através da qual a autora procura maximizar o fundo documental, congregando bibliografia diversa sobre a região e pesquisa em arquivo, ao mesmo tempo que recorre a registos orais, anteriormente publicados e recolhidos durante a pesquisa. As fontes orais revelam-se muito produtivas na indicação de pistas e na formulação de novas hipóteses. Importa referir que, quando saiu o livro de ICH, tinham os autores desta recensão acabado de rever as provas de um artigo onde, embora com objetivos distintos, se aborda em grande medida as mesmas cronologias e territórios investigados. Trata-se do texto *African knowledge transfer in Early Modern Portugal: Enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers*, que viria a estar disponível no final de 2020. Perante a mesma fragilidade documental que ICH

diagnosticou, as nossas conclusões apontaram, nesse estudo, para caminhos futuros entre a história documental e a arqueobotânica. Por seu turno, ICH parece apontar para a necessidade de uma antropologia histórica. Talvez da hibridação deste trio disciplinar – historiografia, arqueologia e antropologia – possam emergir os estratos mais inacessíveis e erodidos da história negra do Sado.

A obra de ICH estrutura-se em três partes, três capítulos principais que exploram diferentes aspetos e cronologias do problema, recorrendo a fontes e metodologias específicas. O primeiro capítulo centra-se nas dinâmicas geográficas, produtivas, comerciais, e ainda fundiárias, coligindo bibliografia sobre a região do vale do Sado, ou Ribeira do Sado, um território delimitado, aproximadamente, a norte por Alcácer do Sal, onde o rio encontra o seu estuário, e as povoações a sul, já a caminho da nascente do Sado, como Messejana e Santa Margarida do Sado. O território de estudo é assim estruturado pelo leito do rio, pelos inúmeros afluentes, alargando-se pelas várzeas, campos e montes circundantes. Com esta *geografia* inicial, auxiliada por diversos mapas que ora sintetizam referências históricas ora fazem uma representação cartográfica de argumentos, ICH estabelece uma base de estruturas de “longa duração” (p. 18) (biofi-

sicas, agrícolas, comerciais) sobre as quais desenvolve, nos capítulos seguintes, o conjunto das linhas de pesquisa. É dada atenção especial à circulação de mercadorias e às linhas invisíveis que, por caminho e por rio, conectavam o território e o abriam ao restante país. Por exemplo, surge bem demonstrada a centralidade de Alcácer e do eixo navegável para montante até Porto de Rei, na ligação dos mercados do Baixo e Alto Alentejo e do Algarve a Setúbal e Lisboa. Um maior esclarecimento sobre a transformação destas estruturas ao longo dos séculos retratados, quer as biofísicas, como no caso do rio e da sua navegabilidade, quer as agrícolas e agrárias, no que se refere aos ciclos de desbravamento e cultivo seguidos de abandono e ao desenvolvimento da estrutura fundiária, parece-nos fundamental para uma maior compreensão da história rural negra do Sado. Se a divisão do território ribeirinho em grandes herdades parece estar na base da primeira fixação de populações escravizadas (compradas por senhores e rendeiros agrícolas da Ordem de Santiago), a segunda instalação, com uma importante componente de negros libertos e foragidos, tornar-se-ia possível, com que tipo de acesso à terra, ao rio e aos mercados?

O capítulo 2, “Africanos no vale do Sado: uma presença dispersa,

anónima e silenciosa (séculos XV-XVIII)”, documenta o início da escravatura negra na segunda metade de quatrocentos e um progressivo aumento desta população no século seguinte, associada quer aos trabalhos agrícolas e salineiros, quer ao trabalho doméstico, isto é, à produção e aos cuidados. Ao longo do capítulo, surgem pistas precisas sobre as múltiplas estratégias que terão sido usadas para a obtenção de alforria. Por exemplo, o casamento entre alguém escravizado e um futuro cônjuge já alforriado predisponha os amos a conceder a alforria ao elemento cativo (contra pagamento). Ou a procura de ofícios ou de cargos rurais, como besteiro do monte, promovia, aparentemente, a obtenção de alforria. ICH dedica larga atenção aos processos de “identidade, trabalho, religião e confrarias, alforria” (p. 83), em suma, às formas de vida e estratégias de libertação no vale do Sado, sobre os quais a obra abre, naturalmente, mais linhas de pesquisa do aquelas que encerra. À exceção, talvez, do tema das confrarias negras católicas, tratado em várias obras (Tinhorão, 2018[1988], Fonseca, 2002 e 2016, Lahon, 2012) e retomado por ICH, muito está por aprofundar, senão mesmo descobrir (Sweet, 2003). Recorde-se, por exemplo, que já Saunders (1982) chamara atenção para a grande concentração de trabalhadores escravizados

na, então, vila de Setúbal, em épocas do ano em que as salinas exigiam mais mão-de-obra, aludindo aos saques e motins que terão sucedido nesse contexto, bem documentados por sucessivos decretos reais produzidos entre meados dos séculos XV e XVI. Com efeito, além da população escravizada residente, Setúbal acolheria sazonalmente uma larga população de trabalhadores escravizados habitualmente dispersos por outras vilas e campos do sul de Portugal (Alcântara et al., 2019). Ao debruçar-se sobre os registos de aforamento de salinas entre os séculos XVI e XVII, Virgínia Rau (1984) referiu, por exemplo, que, no quadro das medidas impostas para mitigar o comércio paralelo, estava a proibição das pessoas escravizadas terem em sua posse mais de meio alqueire de sal.

No capítulo 3, “Emergência e consolidação de uma comunidade alentejana de origem africana no vale do Sado (séculos XVIII-XX)”, a obra de ICH avança um quadro de hipóteses sobre a reinstalação de pessoas negras na zona do Baixo Sado, no final do século XVIII, que constitui um dos núcleos mais inovadores da obra. Coligindo a pouca documentação existente e alguns elementos da tradição oral, ICH faz convergir, de forma convincente, sobre a margem esquerda do Sado, entre Alcácer e São Mamede, uma maior concentração de

negras e negros no seguimento das primeiras leis abolicionistas. Tal deveu-se à confluência de negros alforriados e foragidos provenientes do Baixo Alentejo e Algarve, seguindo a via do rio para norte (ver também Fonseca, 2020), que vieram somar-se à população escravizada residente. Esta segunda chegada a pequenas aldeias relativamente isoladas (e por tal, promovendo laços fortemente endogâmicos) explicaria a preservação dos traços africanos identificados por Leite Vasconcelos no final de oitocentos, assim como a “comunidade alentejana de origem africana” que intitula o livro de ICH. Embora a distinção entre a ocupação *dispersa* dos séculos XV-XVIII e a ocupação *comunitária* do final do século XVIII nos pareça necessitar de maior desenvolvimento (tendo em conta, por exemplo, a concentração quinhentista de trabalhadores escravizados nas salinas de Setúbal), a ideia de uma confluência negra numa rede de aldeias próximas e ribeirinhas ao Sado, no limiar da escravatura, é uma tese que merece atenção, pelo conjunto de questões inéditas que levanta. Quais os motores dessa convergência? Tratar-se-á de condições materiais associadas ao território, como acesso a terra fértil nas várzeas do rio e afastamento em relação aos dispositivos de controlo e captura? Ou, antes ou em complemento, uma cultura de sublevação, fuga

e diferença, que ao difundir-se pelo sul de Portugal faz convergir irmãos e irmãs de uma mesma condição? Coincidência agrícola e de fuga ou agência subalterna, o resultado terá sido alguma forma de comunidade, cujos contornos caberá esclarecer futuramente. Para desenvolver esta questão, resta muito por estudar relativamente ao século XIX, período menos presente na obra, sobre o qual irão assentar as explicações históricas acerca do que aconteceu às populações negras libertas e às recém-chegadas nas primeiras décadas de oitocentos, como sugere Didier Lahon (2004, p. 96), bem como sobre o desenvolvimento dos quadros científicos que irão veicular o olhar de Leite de Vasconcelos sobre as povoações camponesas do Sado.

Nesta ótica, e como última nota, a autora dá conta da complexidade identitária implicada nas vidas das pessoas que viveram e vivem no vale do Sado. A intersecção de identidades, e as condições de exploração e contestação que as situam, convidam ao desenvolvimento crítico das noções de *integração* e *representação*. A autora refere que o trabalho terá atuado como “mecanismo de integração plena” (pp. 19, 138), ainda que, neste contexto, a integração pareça nunca abandonar um determinado lugar de subalternidade, precariedade e

marginalidade. O trabalho de ICH oferece pistas muito úteis à problematização crítica da ideia de integração, já que esta se desenrola em condições de trabalho forçado, sujeito a várias formas de violência. As possibilidades de expressão dessa integração teriam, então, sido definitivamente balizadas e reduzidas pelos contextos de escravocracia e, no seguimento, de capitalismo agrário. Estes constrangimentos são ilustrados de forma particularmente clara através da memória social da violência de género. O trabalho da mulher negra escravizada, ou da trabalhadora rural, aparece intimamente ligado à necessidade de sobrevivência e resistência, em condições que terão limitado de forma determinante as realidades da sua integração.

Além do género, analisados explicitamente em várias passagens do livro, ICH também se refere a “negros”, “pretos”, “pardos”, “mulatos”, “escravos”, termos que terão sido usados com intuitos variados e diferenciados ao longo dos séculos. As fontes disponibilizadas não permitem situar historicamente o uso e contexto de cada uma destas nomeações, os vários poderes e opressões que veicularam e a variação histórica do seu significado. Ainda assim, as formas de representação da pessoa negra são apresentadas de modo mais tangível para o contexto do século XX, período em relação ao qual a autora reuniu

as memórias e as perspetivas das pessoas que se apresentaram como tendo sido maltratadas e mal representadas ao longo do tempo. De facto, as narrativas recolhidas oferecem um retrato riquíssimo da simplificação e exotização a que os habitantes do vale do Sado foram sujeitos. Assim, o terceiro capítulo inclui depoimentos úteis ao debate acerca da representação, reflexão que é particularmente relevante para contextos de escravatura e marginalização histórica, como no caso do vale do Sado. Depois do silêncio (e ruído) dos últimos séculos, escrever sobre as pessoas que vivem e viveram no vale do Sado e sobre os seus modos de vida não é, de todo, fácil, já que a nossa escrita se depara com o desafio de superar lógicas académicas de privilégio que têm marcado as versões até agora capturadas em texto.

O livro de Isabel Castro Henriques sobre os africanos e afrodescendentes que habitaram o vale do Sado do século XV em diante é uma obra há muito necessária para nos conduzir a novas problematizações; quando se destapa o que apagava as vidas camponesas do vale do Sado, torna-se inevitável problematizar aquilo que se tornou visível. Esta importante coletânea de fontes e narrativas faz a caracterização de uma presença constante mas negligenciada e que apenas

recentemente começa a ser olhada e revelada. Estas histórias, pela sua marginalidade, estarão sempre incompletas, mas está lançado o desafio para que crítica e interdisciplinarmente se possa construir uma história global da região que inclua todas e todos, e não apenas os lugares e sujeitos trazidos pelas versões míticas e fragmentadas das elites escravocratas.

### Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Ana, ROLDÃO, Cristina, CRUZ, Carlos, “Visita à Setúbal Negra (séc. XV-XVIII): Desocultar a história local através da educação não-formal.” *MEDI@ÇÕES - Revista Online da ESE/IPS* 7.2, Educação (anti)racista: Que políticas, práticas e perspetivas?, pp. 66-85.
- ALMEIDA, Manuel Gaio Tavares de, *Mulatos no Concelho de Alcácer do Sal. Subsídios para a definição étnica das gentes do Vale do Sado*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Moita, 1956.
- CARMO, Miguel, SOUSA, Joana, VARELA, Pedro, VENTURA, Ricardo e BIVAR, Manuel, “African knowledge transfer in Early Modern Portugal: Enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea* 44.4, 2020, pp. 44-66.
- FONSECA, Jorge, *Escravos no Sul de Portugal: séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002.
- FONSECA, Jorge, *Religião e liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (século XV a XIX)*, Lisboa, Edições Húmus, 2016.

FONSECA, Jorge, Recensão “Os ‘Pretos do Sado’. História e Memória de uma Comunidade Alentejana de Origem Africana (séculos XV-XX), Lisboa, Colibri, 2020”. *Análise Social*, 237, 1v (4.º), 2020, pp. 904-907.

GIACOMETTI, Michel e Paulo LIMA, *Ladrão do Sado – Inquérito Musical em Alcácer do Sal*, 2010.

LAHON, Didier. “O escravo africano na vida económica e social portuguesa do antigo regime”. *Africana Studia* 7. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 73-100.

LAHON, Didier. “Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII).” *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC* 44, São Paulo, 2012, pp. 53-83.

RAU, Virgínia, *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.

SAUNDERS, A. C., *A social history of black slaves and freedmen in Portugal, 1441-1555*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SWEET, James H., *Recreating Africa: culture, kinship, and religion in the African-Portuguese world, 1441-1770*, Chapel Hill, Univ of North Carolina Press, 2003.

TINHORÃO, José Ramos, *Os Negros em Portugal: Uma Presença Silenciosa*, Lisboa, Caminho, 2018 [ed. or. 1988].

VASCONCELOS, José Leite de, «Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal», in *O Archeologo Português*, 1(3), 1895, pp. 5-92.

### **Nota biográfica:**

Miguel Carmo é Engenheiro do Ambiente e doutorado em Agronomia. Trabalha sobre História Agrícola e Rural, integrando realidades biofísicas e sociais. Obteve uma bolsa no IHC para estudar os incêndios rurais em Portugal numa perspetiva ambiental, social e económica (1950-2020).

Joana Sousa: “Diferentes contextos socioambientais e a intersecção entre a ecologia e a antropologia conduziram-me à interdisciplinaridade. Tenho trabalhado sobre construções sociais da natureza e circulação de conhecimento e tecnologia orizícolas na Guiné-Bissau.”